

CARTA DE NOTIFICAÇÃO

NOTIFICANTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

NOTIFICADO(A): _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF/CNPJ: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

ASSUNTO: _____

Senhor(a),

Pelo presente instrumento, o(a) NOTIFICANTE acima qualificado(a) vem, na forma da lei, notificar V.Sa. para que cumpra as obrigações abaixo relacionadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena das medidas legais cabíveis.

1. Descrição clara e objetiva do motivo da notificação, incluindo fatos, valores, documentos, contratos ou situações pertinentes que justifiquem a presente comunicação.

2. Requer-se especificamente que V.Sa.:

3. Advertência de que o não atendimento às exigências neste prazo poderá ensejar a adoção das providências judiciais necessárias para a defesa dos direitos do(a) NOTIFICANTE, incluindo, mas não se limitando a, ajuizamento de ação judicial, cobrança de valores, indenizações e demais medidas previstas em lei.

4. Esta notificação é feita para fins de prova e resguardo dos direitos do(a) NOTIFICANTE, não implicando, por si só, renúncia, transação ou acordo.

Sem mais para o momento, renovam-se protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Assinatura do(a) NOTIFICANTE

Nome Completo do(a) NOTIFICANTE

CPF do(a) NOTIFICANTE

Endereço do(a) NOTIFICANTE

Telefone/Contato do(a) NOTIFICANTE

E-mail do(a) NOTIFICANTE

Assinatura do(a) NOTIFICADO(A) (ao receber)

Nome Completo do(a) NOTIFICADO(A)

CPF/CNPJ do(a) NOTIFICADO(A)

Endereço do(a) NOTIFICADO(A)

Data de Recebimento

Fonte original deste documento:

<https://adv-documentos.com/carta-de-notificacao/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-documentos.com>

[Mais modelos](#)

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.

Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.

Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.